Pelas Cidades: Caminhos para pensar o Planejamento Municipal com a Participação das Comunidades

Fabio Jose Martins de Lima[1]
Raquel von Randow Portes[2]
Luciane Tasca[3]
Laura Pinton Fonseca[4]
Juliane Nogueira Rodrigues [5]
Maria Júlia de Almeida Costa[6]

O artigo aborda a experiência vinculada ao Programa Urbanismo em Minas Gerais da Universidade Federal de Juiz de Fora no apoio técnico aos municípios inseridos na Bacia do Rio Paraíba do Sul. Essa abordagem envolve a continuidade dos trabalhos anteriores, através de ações de extensão com interface na pesquisa, na temática da gestão pública municipal, com ênfase para os campos da arquitetura, do urbanismo e do planejamento urbano e regional. Essas ações têm à frente o Núcleo de Pesquisa e Extensão Urbanismo em Minas Gerais (Urbanismo.mg). As ações contam com a colaboração do grupo de pesquisa Laboratório da Paisagem (LAPASA), também vinculado à Faculdade de Arquitetura

[1] Graduado pela Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (1989). Professor do Departamento de Projetos, História e Teorias da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Juiz de Fora. CV: http://lattes.cnpq.br/8637271768339853
[2] Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2004). Professora do Departamento de Projetos, História e Teorias da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Juiz de Fora. CV: http://lattes.cnpq.br/8854598647726463
[3] Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora (1999). Professora do Departamento de Projetos, História e Teorias da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Juiz de Fora.. CV: http://lattes.cnpq.br/2962482509545858
[4] Psicóloga graduada pelo Centro Universitário Academia - UniAcademia (2025) e graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2026). Bolsista de Extensão da UFJF. CV: http://lattes.cnpq.br/9629003724560777
[5] Graduanda em Geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista de Extensão da UFJF. CV: http://lattes.cnpq.br/1307719141188689
[6] Graduanda em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista de Extensão da UFJF. CV: http://lattes.cnpq.br/4489922893496832

e Urbanismo.[7] Os trabalhos permanecem vigentes e envolvem um processo participativo, com reuniões e oficinas de capacitação ministradas nas escolas municipais e estaduais. Essas oficinas e reuniões incluíram leituras comparadas dos instrumentos de gestão municipal vigentes, em relação aos marcos legais nos âmbitos federal e estadual e propostas de projetos urbanísticos. Além disso, foram realizadas reuniões e audiências públicas, além de itinerários e percursos pelos territórios municipais. Na primeira fase, por assim dizer, a partir de 2024, os trabalhos foram desenvolvidos no município de São João Nepomuceno.

O enfoque considera especificamente a rede de cidades polarizadas pelo município de Juiz de Fora, que se localiza na Região Sudeste do estado, na Zona da Mata. De acordo com a divisão territorial definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2017, o município constitui uma Região Geográfica Intermediária, sendo que esta engloba várias regiões geográficas imediatas, dentre as quais a própria Região Geográfica Imediata de Juiz de Fora, com sede no próprio município. Assim, temos incluídas as regiões de Além Paraíba, de Carangola, de Cataguases, de Manhuaçu, de Muriaé, de Ponte Nova, de São João Nepomuceno e Bicas e de Ubá.[8] Muitos municípios se inserem nessa vasta

[7] Os núcleos Urbanismo.mg e LAPASA estão vinculados à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Juiz de. O Núcleo de Pesquisa e Extensão Urbanismo em Minas Gerais (Urbanismo.mg/FAUUFJF) foi constituído em 2005 e tem desenvolvido trabalhos de pesquisa sobre a formação dos Municípios em Minas Gerais, com ênfase para o Urbanismo e o Planejamento Urbano e Regional, com enfoques sobre a atuação dos urbanistas. Nas frentes do ensino e da extensão tem prestado apoio técnico aos municípios, com oficinas de capacitação, além da elaboração e revisão de instrumentos de gestão municipal. O núcleo tem prestado apoio técnico ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG) desde 2016, nos temas relacionados ao patrimônio cultural e ambiental, além de estudos e pareceres sobre parcelamentos urbanos. O núcleo de Pesquisa e Extensão Laboratório da Paisagem (LAPASA) foi criado em 2019 por professores pesquisadores arquitetos e urbanistas da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU/UFJF), para investigar a dinâmica da paisagem no território. As diversas linhas de pesquisa abordam desde o planejamento urbano e territorial, bem como estudos morfológicos e ambientais, assim como a investigação do patrimônio histórico e cultural nas suas múltiplas dimensões e diversidade. As atividades também se desenvolvem em torno das teorias do processo de projeto no que diz respeito à arquitetura, ao urbano, assim como a paisagem, a cidade e o território.

[8] De acordo com o mapa das Regiões Geográficas Estado de Minas Gerais, do IBGE, a Região Intermediária de Juiz de Fora engloba, além de Juiz de Fora propriamente, os municípios de Andrelândia, Aracitaba, Arantina, Belmiro Braga, Bias Fortes, Bocaina de Minas, Bom Jardim de Minas, Chácara, Chiador, Coronel Pacheco, Ewbank da Câmara, Goianá, Liberdade, Lima Duarte, Matias Barbosa, Olaria, Oliveira Fortes, Paiva, Passa Vinte, Pedro Teixeira, Pequeri, Piau, Rio Novo, Rio Preto, Santana do Deserto, Santa Bárbara do Monte Verde, Santa Rita do Jacutinga, Santos Dumont, Simão Pereira. Além destes municípios se inserem aqueles pertencentes às regiões geográficas imediatas, como a Região Geográfica Imediata de Além Paraíba, com Além Paraíba e Estrela Dalva, Pirapetinga, Santo Antônio do Aventureiro e Volta Grande. Ainda, a Região Geográfica Imediata de Carangola, com Carangola e Caiana, Divino, Espera Feliz, Faria Lemos, Orizânia, Pedra Bonita, Pedra Dourada e Tombos. Ainda, a Região Geográfica Imediata de Cataguases, com Cataguases, e Argirita, Astolfo Dutra, Dona Euzébia, Itamarati de Minas, Cataguases, Laranjal, Leopoldina, Palma, Recreio e Santana de Cataguases. A Região Geográfica Imediata de Manhuaçu, com Manhuaçu, Abre Campo, Alto Caparaó, Alto Jequitibá, Caparaó, Caputira, Chalé, Conceição de Ipanema, Durandé, Ipanema, Lajinha, Luisburgo, Manhumirim, Martins Soares, Matipó, Mutum, Pocrane, Reduto, Santa Margarida, Santana do Manhuaçu, São João do Manhuaçu, São José do Mantimento, Simonésia e Taparuba. E mais, a Região Geográfica Imediata de Muriaé, com Muriaé e Antônio Prado de Minas, Barão de Monte Alto, Eugenópolis, Fervedouro, Miradouro, Miraí,

extensão territorial, que se caracteriza por cidades com predominância de população inferior a 100.000 habitantes, à exceção da sede, Juiz de Fora, com aproximadamente 567.730 habitantes. Além desta última, os centros mais populosos perfazem Muriaé, onde temos 104.108 habitantes, Ubá com 103.365 habitantes, Manhuaçu com 91.886 habitantes e Viçosa com 76.430 habitantes, conforme o último censo. Essa divisão territorial estudada, de acordo com o IBGE, considerou

> [...] Regiões de Articulação Urbana (que) foram definidas pela agregação de Municípios, assim nenhum deles foi recortado ou avaliado em subunidades internas. De um modo geral, os procedimentos adotados identificaram primeiramente as Regiões Ampliadas, seguindo-se à subdivisão delas em Regiões Intermediárias que posteriormente foram subdivididas em Regiões Imediatas.[...] [9]

O intuito dessa organização implementada em 2017, como mencionado, foi a compreensão territorial do Brasil, com os limites estaduais respeitados e as cidades e a sua região consideradas como pontos de partida para a divisão do território. Desse modo, tivemos uma definição em partes menores, que busca o entendimento da maneira como se relacionam as cidades, considerando o fluxo de serviços, as informações, o consumo e outros recursos.[10]

A cidade é a sua comunidade e as ações para a consolidação das políticas públicas devem ser trabalhadas em um processo participativo para a coletividade.

Patrocínio do Muriaé, Rosário da Limeira, São Francisco do Glória, São Sebastião da Vargem Alegre e Vieiras. A Região Geográfica Imediata de Ponte Nova, com Ponte Nova e Acaiaca, Alvinópolis, Amparo do Serra, Barra Longa, Diogo de Vasconcelos, Dom Silvério, Guaraciaba, Jequeri, Oratórios, Piedade de Ponte Nova, Rio Casca, Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado, Santo Antônio do Grama, São Pedro dos Ferros, Sem-Peixe, Sericita e Urucânia. A Região Geográfica Imediata de São João Nepomuceno e Bicas, com os municípios de São João Nepomuceno e Bicas, acrescidos de Descoberto, Mar de Espanha, Maripá de Minas, Guarará, Pequeri, Rochedo de Minas e Senador Cortes. E ainda a Região Geográfica Imediata de Viçosa, com Viçosa e Araponga, Cajuri, Canaã, Coimbra, Ervália, Paula Cândido, Pedra do Anta, Porto Firme, Presidente Bernardes, São Miguel do Anta e Teixeiras. A Região Geográfica Imediata de Ubá, com Ubá e Brás Pires, Divinésia, Dores do Turvo, Guarani, Guidoval, Guiricema, Mercês, Piraúba, Ubá, Rio Pomba, Rodeiro, São Geraldo, Senador Firmino, Silveirânia, Tabuleiro, Tocantins e Visconde do Rio Branco. Disponível em: https://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/divisao_regional/divisao_regional_do_brasil/divisao_regional_do_brasil_em_regioes_geograficas_2017/mapas/31_regioes_geograficas_minas_gerais.pdf. Acesso em: 30 abr. 2026.

[9] Ver: Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Divisão urbano-regional do Brasil / IBGE, Coordenação de Geografia. - 2. ed. - Rio de Janeiro : IBGE, 2021. Disponível em: https://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/divisao_regional/divisao_regional_do_brasil/divisao_regional_do_brasil_em_regioes_geograficas_2017/mapas/31_regioes_geograficas_minas_gerais.pdf. Acesso em: 30 abr. 2026.

[10] Ver: Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Regiões Geográficas Estado de Minas Gerais. Disponível em: https://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/divisao_regional/divisao_regional_do_brasil/divisao_regional_do_brasil_em_regioes_geograficas_2017/mapas/31_regioes_geograficas_minas_gerais.pdf. Acesso em: 30 abr. 2026.

Os caminhos para pensar o planejamento municipal devem ter essa premissa como referencial. E várias frentes se interpõem para a definição das diretrizes sobre a organização dos sistemas urbanos e rurais. A aplicação dessas políticas está diretamente relacionada à estruturação dos municípios nos campos diversos como a economia, a educação, a assistência social, a cultura, o esporte e o lazer, além dos transportes, da segurança, da infraestrutura, da agropecuária, da indústria, do comércio e dos serviços, dentre outros.

A abordagem que temos trabalhado sobre os territórios municipais envolve pensar, de maneira conjunta, a cidade que temos no presente e aquela que queremos alcançar no futuro. Essa é uma questão chave para a construção de diretrizes, com o sentido de uma crítica ao que se consolidou na improvisação, pela falta de gerenciamento. Isso para que seja desencadeada uma reflexão sobre o que se mostra inadequado e indesejável, em termos de práticas sócio-culturais e ambientais, e o que se apresenta como apropriado e desejável, por assim dizer, em termos de continuidade, considerando a identidade e a memória do lugar. Nas lembranças do passado várias cidades se interpõem nas experiências de cada pessoa, nos planos sobrepostos de tudo o que vivemos. Materialidades e imaterialidades se apresentam nas conformações dos espaços urbanos, em particular dos espaços públicos, que traduzem a qualidade dos ambientes urbanos.

Os objetivos para o desenvolvimento sustentável têm sido reiterados nesses campos, para que as cidades alcancem a inclusão, com segurança e resiliência. Isso, dentro da perspectiva colocada pela Organização das Nações Unidas para o ano de 2030[11], que inclui também uma nova agenda urbana.[12] Por esta via devem ser consideradas as apropriações sobre o território feitas ao longo do tempo, na história, por assim dizer, que revelam realidades urbanas e rurais em espaços geográficos diferenciados. E cada cidade é uma cidade única, com as especificidades marcadas nessas apropriações, que se constituíram como patrimônio cultural e ambiental. O passado se insere no presente, nos vários tempos compostos, e o futuro se projeta como uma possibilidade de rever o que foi feito em prol da coletividade. Os caminhos para pensar o planejamento municipal perpassam

[11] Ver: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/11, acesso em 21 de abril de 2025.
[12] Ver: https://habitat3.org/wp-content/uploads/NUA-Portuguese-Brazil.pdf, acesso em 21 de abril de 2025.

esses pressupostos para os desafios que se inserem na gestão pública de cada cidade.

Muitos problemas e desafios estão postos no dia-a-dia das nossas cidades. E estes se acumulam com o legado de administrações anteriores, que não conseguiram estabelecer parâmetros para as sobreposições e os ajuntamentos, em termos de construções, muito menos o controle das expansões urbanas. Estas últimas, feitas de modo continuado e sem critérios de ocupação, na relação com o ambiente, estenderam os horizontes sem limites. Neste processo, o jogo de interesses imobiliários especulativos não considerou os interesses gerais e privilegiou a quantidade e não a qualidade dos conjuntos construídos. A relação com a natureza se perdeu e os ambientes se desqualificaram, com a supressão de áreas florestadas e a poluição dos cursos d'água. Infelizmente esse foi e continua a ser o lugar comum das nossas cidades.

Por esta via, a emergência da busca da requalificação ambiental e cultural das nossas cidades é algo primordial. E isso implica termos conhecimentos diversos e integrados para as soluções, que envolvem uma visão de continuidade administrativa e planejamento. A multidisciplinaridade é o que move as iniciativas nesse sentido, com a consideração de conhecimentos especializados de diversas áreas do conhecimento humano, bem como dos saberes locais e das práticas comunitárias. E pensar o município na sua totalidade e a relação com os municípios do entorno é essencial, o que implica considerar a inserção municipal em uma região de planejamento.

Basta uma caminhada pelas áreas urbanas para percebermos o quanto elas se revelam "agressivas", por assim dizer, voltadas para os veículos motorizados muito mais do que para as pessoas. A mobilidade municipal é um tema que se insere em primeiro plano, com os espaços públicos privilegiando os pedestres. A recuperação dos jardins e da arborização também contribuíram para isso. O acesso requalificado às cidades se mostra possível nesse sentido. Outro aspecto a ser trabalhado diz respeito à relação com as águas, no sentido de que, de maneira geral, nas nossas cidades, essa relação direta se perdeu ou foi ignorada. Perdemos os chafarizes e os bebedouros, aquelas bicas d'água que refrescavam a caminhada.

Nadar e pescar nem pensar. E andar de bicicleta é um grande risco. Precisamos de conseguir voltar a ter uma relação direta com as águas fluviais, como os nossos povos originários sempre tiveram. E poder circular a pé ou em bicicleta sem riscos.

A renovação das esperanças por um futuro melhor para as gerações que virão além daquelas que persistem é o que motiva. E um futuro assentado em políticas públicas construídas de modo coletivo, que considerem a proteção da memória e do patrimônio cultural e ambiental dos municípios. Por esta via, busca-se a requalificação sócio-urbanística pela conservação das áreas florestadas e o reflorestamento das que foram suprimidas, pela despoluição dos cursos d'água e a preservação daqueles ainda em condições adequadas, dentre outros.

Em São João Nepomuceno o trabalho envolveu a elaboração e a revisão de instrumentos urbanísticos, como o Plano Diretor, o Plano de Mobilidade, o Plano de Saneamento e a Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo Urbano. O convênio entre a prefeitura e a universidade foi estabelecido em 6 de maio de 2024. O grupo de trabalho envolveu docentes e discentes da universidade, além de profissionais e técnicos da prefeitura.[13] Ao longo do processo, a metodologia de construção coletiva foi aplicada em um processo participativo, com inúmeras reflexões sobre a cidade, considerando o urbano e o rural, além do regional. Assim, para o desenvolvimento do plano de trabalho foram realizadas reuniões comunitárias nas escolas do município, através de oficinas e dinâmicas com estudantes e reuniões com pais e professores. Além disso, foram feitas reuniões setoriais com as secretarias municipais e audiências públicas e, ainda, entrevistas em rádios locais e apresentações na Tribuna Livre da Câmara Municipal, tendo sido amplamente convocada a população. Nesse sentido, a participação comunitária foi, e ainda é, um desafio para o grupo de trabalho e a administração pública, uma vez que a população não tem atuado ativamente neste momento.[14] O envolvimento das

[13] Assim temos o Prof. Fabio Jose Martins de Lima, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFJF, como coordenador, a Profª. Cristina Sayuri Côrtes Ouchi Dusi, da Faculdade de Administração, como vice-coordenadora, a Profª. Luciane Tasca e a Profª.Raquel von Randow Portes, também da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Em relação aos discentes, constaram os alunos das faculdades de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Serviço Social, Geografia, Cinema e Audiovisual, totalizando 8 discentes, sendo que 5 eram naturais da cidade. Como coordenadora local a arquiteta e urbanista Paula Danelon desempenhou essa função, em paralelo com a função de Secretária de Obras e Desenvolvimento Urbano. Outros profissionais e técnicos colaboraram com os trabalhos, estes vinculados à Administração Pública ou de modo independente.

[14] Vale dizer que foram impressos convites divulgados antecipadamente, além da publicação nas redes sociais, envio por correio eletrônico e entrevistas nas rádios Garbosa FM e Difusora FM. Em 24 de julho de 2024 estivemos na Rádio Garbosa FM, com a Secretária de Desenvolvimento Urbano e Obras, Paula Danelon.

comunidades nesse processo reflete a busca por instrumentos de gestão pública, que possam ser formulados, revistos e aplicados em prol da coletividade. As demandas específicas cotidianas, nos meios urbano e rural, balizaram o entendimento sobre qual cidade temos no presente e aquela que queremos alcançar no futuro. O apelo do interesse coletivo na preservação da identidade sócio-cultural e ambiental de São João Nepomuceno foi utilizado para provocar o pensamento sobre o passado, o presente e o futuro de maneira integrada.

Os resultados dos trabalhos foram divulgados através das redes sociais como o Instagram e o Youtube[15] do Programa, sendo eles relatórios, esboços de Minutas de Lei e Planos, além de registros fotográficos e audiovisuais, e o Caderno do Planejamento Municipal[16], como o documento final dos trabalhos. Este Caderno foi disponibilizado para as comunidades, juntamente com o Relatório Técnico sobre o Patrimônio Cultural e Ambiental: São João Nepomuceno/MG, que foi utilizado para a fundamentação das propostas de macrozoneamento e zoneamento do território municipal.[17]

Em 10 de junho de 2025, foi realizada a Conferência da Cidade de São João Nepomuceno, com o tema “Caminhos para cidades inclusivas, democráticas, sustentáveis e com justiça social”.[18] Tal evento permitiu concluir a fase inicial do planejamento com a definição das minutas dos projetos de leis, para que o Poder Executivo pudesse enviar estas, para o Poder Legislativo poder consolidar as

Retornamos na Rádio Garbosa em 24 de outubro de 2024, também com com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Obras e a estudante Laura Fonseca e o estudante Pedro Lima e, em 21 de março de 2025, com a estudante Juliane Rodrigues. Em 11 de dezembro estivemos na Rádio Difusora FM, novamente com a Secretária de Desenvolvimento Urbano e Obras e com a estudante Juliane Rodrigues e Laura Fonseca. Nessas oportunidades discorremos sobre o apoio técnico ao Município da parte da Universidade Pública e a importância da participação da comunidade para a revisão e formulação dos instrumentos de gestão municipal. Além disso, relatamos o encaminhamento das ações com os resultados parciais alcançados. Na Câmara Municipal estivemos em 3 de setembro de 2024 e em 10 de março de 2025. Fizemos apresentações sobre o apoio técnico da parte da Universidade, discorremos sobre os objetivos e ações, em andamento, considerando o processo participativo para a elaboração/revisão e proposta de minutas dos instrumentos de gestão pública municipal. Ver: Tribuna Livre em 03 de setembro de 2024. https://www.youtube.com/watch?v=uVxWEJVE3OQ, acesso em 30 de março de 2025. E ver ainda: https://www.youtube.com/watch?v=Qn9fIbJ3LvM; E ver também: https://www.youtube.com/watch?v=898Nqyd-exY. E ver: Tribuna Livre em 10 de março de 2025. https://www.youtube.com/watch?v=MzBVMjN_vf4, acesso em 30 de março de 2025.

[15] Ver: https://www.instagram.com/urbanismo.mg/ e https://www.youtube.com/@urbanismomg

[16] Ver:https://docs.google.com/document/d/1r-R-C8ea4TpJWsZbsScjXzRjjS_yY5J8EoEcDHaqg8o/edit?usp=drive_link, acesso em 14 de abril de 2025.

[17] Ver: LIMA, Fabio Jose Martins de. (org.) Relatório Técnico sobre o Patrimônio Cultural e Ambiental no Município de São João Nepomuceno/MG. São João Nepomuceno: Urbanismo.mg/UFJF, 2024. https://docs.google.com/document/d/1r-R-C8ea4TpJWsZbsScjXzRjjS_yY5J8EoEcDHaqg8o/edit?usp=drive_link, acesso em 14 de abril de 2025.

[18] Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/12IANu3s_bn92efBV3QLcxwnmwxwc3cWY. Acesso em: 10 out. 2026.

respectivas leis municipais. Essa audiência pública seguiu as orientações do Ministério das Cidades, como preparação para as etapas estadual e federal.[19] Esse tema se insere no quadro da gestão pública municipal, dentro da construção da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU).[20] Nesse sentido, a conferência visou a preparação para a 6ª Conferência Nacional das Cidades, convocada posteriormente pelo Conselho das Cidades e o Ministério das Cidades, com o objetivo principal de promover a mobilização, sensibilização e interlocução entre o poder público e a sociedade civil sobre sobre assuntos relacionados às políticas nacionais.[21] Infelizmente, o município não enviou os delegados eleitos durante a conferência para este evento. O documento final composto pelo Caderno do Planejamento Municipal incluiu a ata da Conferência para que o Poder Executivo pudesse encaminhar este material para a Câmara Municipal, o que também não foi encaminhado até hoje.

Com todas as dificuldades, o papel da universidade pública surge aqui em uma via de mão dupla, com as ações de pesquisa e extensão desencadeadas, com trabalhos de campo e em acervos, e as repercussões para o ensino. Ao mesmo tempo que levamos o conhecimento relacionado às áreas de saber envolvidas, trazemos para a sala de aula experiências distintas, de saberes e conhecimentos locais e regionais. A renovação das esperanças se insere no apoio técnico da universidade por um futuro melhor para as gerações que virão, além daquelas que persistem, o que motiva o empenho para a consolidação desse processo. O futuro projetado em políticas públicas construídas de modo coletivo, que considerem a proteção da memória e do patrimônio cultural e ambiental da cidade, com a sua requalificação urbanística. Através dos instrumentos de gestão municipal formulados e discutidos em audiência pública, se vislumbra alcançar os objetivos de um

---

[19] Disponível em: https://www.gov.br/cidades/pt-br/assuntos/noticias-1/noticia-mcid-n-1001. Acesso em: 10 out. 2026.

[20] Ver: “Construindo a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano: Caminhos para cidades inclusivas, democráticas, sustentáveis e com justiça social”. Disponível em: https://cnm.org.br/storage/biblioteca/2024/Livros/Novos_Gestores_2024/202411_LIV_gestao_urbana_e_habitacao.pdf. Acesso em: 10 out. 2026. Disponível em: https://www.gov.br/cidades/pt-br/composicao/orgaos-colegiados/arquivos/conselho-das-cidades/conferencias/cartilha-concidades-v9.pdf. Acesso em: 10 out. 2026.

[21] A Convocação da 6ª CNC foi oficializada com a edição da Portaria MCID nº 175, de 28 de fevereiro de 2024, publicada no Diário Oficial da União em 1º de março de 2024. A partir dela os estados podem fazer suas convocatórias - com as convocações dos estados, os municípios também precisam fazer convocações. Disponível em: https://www.gov.br/cidades/pt-br/composicao/orgaos-colegiados/arquivos/conselho-das-cidades/conferencias/cartilha-concidades-v9.pdf. Acesso em: 10 out. 2026.

planejamento, dentro dos caminhos possíveis para a requalificação municipal. Com isso, poder olhar para o passado e poder refletir sobre o que foi feito, sobre o que não deveria ter sido feito e sobre o que temos por fazer para a requalificação necessária. Nesse sentido, temos ressaltado a emergência do planejamento voltado para questões ambientais, culturais, sociais, econômicas e políticas, para um futuro melhor, em que todas as pessoas tenham direitos e acesso igual aos benefícios e oportunidades que as cidades oferecem.

Pensar as cidades e os seus inúmeros problemas não é fácil. Nas lembranças do passado várias cidades se interpõem nas experiências de cada pessoa, nos planos sobrepostos de tudo o que vivemos. E cada cidade é uma cidade única, com as especificidades marcadas por essas apropriações, que se constituíram como patrimônio cultural e ambiental. O passado se insere no presente, nos vários tempos compostos, e o futuro se projeta como uma possibilidade de rever o que foi feito em prol da coletividade. Na verdade, o que existe no presente e o que se deseja alcançar no futuro, coloca o desafio da crítica ao que se consolidou por meio da improvisação, devido à falta de gestão com participação. Os desafios para a superação dos problemas persistem e são numerosos, e os possíveis caminhos continuam a ser explorados. As perspectivas de valorização dos espaços públicos se inserem com prioridade, considerando os diversos interesses em jogo.

A interação entre docentes e discentes nestes trabalhos tem gerado uma formação acadêmica única. Ela ampliou a visão das realidades locais e levou experiências práticas para a sala de aula. A via de mão dupla foi possível na interface da pesquisa com a extensão. A integração da mídia com redes sociais como Facebook, Instagram e YouTube tem sido muito usada no ambiente virtual. E isso tem ampliado as possibilidades de participação. Os conteúdos alcançados têm sido incorporados aos documentos e disponibilizados nos portais virtuais. A apresentação de resultados parciais e finais permitiu assegurar a continuidade da interação com a comunidade. E vale dizer que, ainda em 2010, a disseminação das redes sociais amenizou as dificuldades para os encontros presenciais. Mesmo assim, o uso dessas ferramentas não acabou com as relações presenciais. Elas

apenas mudaram para um formato híbrido, que junta o presencial e o remoto. Em atividades mais recentes, a criação de formulários Google foi importante para discussões sobre problemas locais e até mesmo gerais no nível municipal. As respostas recolhidas *online*, somadas às discussões presenciais, foram incluídas nos relatórios técnicos que fundamentaram as propostas.

Na atualidade, os trabalhos ocorrem de forma presencial e remota. Essa mistura trouxe desafios físicos, mas também gerou análises técnicas e comunitárias úteis para debater problemas urbanos, rurais e regionais. Os ambientes híbridos têm viabilizado a participação direta das comunidades afetadas e a interação com o público externo. Desse modo, análises comparativas entre a realidade local e outros contextos têm sido implementadas. De maneira geral, o objetivo principal foi propiciar um rumo para a reversão do processo de degradação urbanística - causado pela falta de instrumentos de gestão no nível municipal, expansões desqualificadas, verticalização incipiente e inadequada, perda de referenciais culturais e ambientais, devastação de áreas verdes e poluição das águas, aumento de veículos motorizados individuais e impermeabilização generalizada dos espaços públicos, entre outros inconvenientes. Além disso, as atividades buscaram realçar a importância da elaboração de planos e projetos, em várias escalas, para transformações voltadas à renovação sem perda de resiliência, identidade, inclusão, acessibilidade e segurança.

Vale ressaltar, ainda, que o conjunto de leis vigentes nos níveis federal, estadual e municipal seria suficiente para a conservação dos territórios municipais sob a perspectiva do patrimônio dessas cidades. Contudo, o que se revela no processo de gestão, em nível municipal, é uma grande dificuldade em materializar as diretrizes e determinações implícitas nesses documentos legais, bem como a incapacidade de monitorar as diversas frentes de atuação no que diz respeito às ocupações urbanas e rurais pela população. Também deve ser mencionada a compreensão distorcida do papel dos instrumentos legais na configuração sustentável do território, bem como a visão equivocada de que os parâmetros legais

se aplicam a outros, ou apenas a uma parcela dos cidadãos, ou seja, àqueles excluídos do direito à cidade, e não a todos os que a ela estão incluídos.

Por fim, nesse arco temporal que envolveu os trabalhos do núcleo, o apoio técnico aos municípios tem se traduzido em uma oportunidade de grande relevância para a nossa universidade, aqui representada pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Ao deslocar essa instituição para as cidades, permitimos a renovação das esperanças para as gerações que vivem a realidade atual, tanto os mais novos quanto os mais velhos, bem como para aquelas que ainda virão. A base indissociável da educação superior articulada no ensino, na pesquisa e na extensão tem sido aplicada, o que tem sido presenciado nos cotidianos municipais. E é isso o que temos feito nessa busca incessante por caminhos: caminhos para pensar a requalificação urbanística com a participação das comunidades. É o que nos move no momento.

Referências

ALEXANDER, Christopher. *Une expérience d'urbanisme démocratique*. Paris: L'Université d'Oregon. Paris, Éditions de Seuil, 1976.

BLOCH, Marc. *Introdução à História.* Mira-Sintra: Publicações Europa-América, 1976, título original “Apologie pour l’histoire ou Métier d’historien” 1941.

BRASIL. *Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001.* Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 19 mar. 2026.

BRASIL. *Lei n. 6.766, de 19 de dezembro de 1979.* Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6766.htm. Acesso em: 19 mar. 2026.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. *Bacias e divisões hidrográficas do Brasil.* Rio de Janeiro: 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101854. Acesso em 30 abr. 2026.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. *Regiões Geográficas Estado de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: 2017. Disponível em: https://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/divisao_regional/divisao_regional_do_brasil/divisao_regional_do_brasil_em_regioes_geograficas_2017/mapas/31_regioes_geograficas_minas_gerais.pdf. Acesso em: 30 abr. 2026.

CALVINO, Italo. *Le città invisibili.* Torino: Letteratura italiana Einaudi, 1972.

Disponível em: https://tehne.com/assets/i/upload/library/calvino_italo_le_citta_invisibili.pdf. Acesso em 30 abr. 2026.

CHOAY, Françoise. *O urbanismo: utopias e realidades, uma antologia.* São Paulo: Editora Perspectiva, 1979, título original “L’Urbanisme: Utopies et Réalités, Une Anthologie", 1965.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 1970.

GEHL, Jan. *Life between cities: Using Public Space.* 6th ed. Washington, D.C.: Island Press, 2011. Disponível em: https://cus.ubt-uni.net/wp-content/uploads/2024/11/Jan-Gehl-Life-Between-Buildings_-Using-Public-Space-2011-Island-Press.pdf. Acesso em: 7 abr. 2026.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, 2001, 1a edição 1936.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade.* São Paulo: Editora Documentos, 1969, título original “Le droit à la ville”, 1968.

LEME, Maria Cristina da Silva (Org.) *Urbanismo e Política no Brasil dos anos 1960.* São Paulo: Annablume. Disponível em: https://repositorio.usp.br/item/003140616. Acesso em: 19 abr. 2026.

LIMA, Fabio Jose Martins de. (Org.). *Caderno de Planejamento Municipal: São João Nepomuceno/MG.* **2025-2035.** São João Nepomuceno: Universidade Federal de Juiz de Fora/Prefeitura Municipal de São João Nepomucen, 2025. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/107nXAHbZ6AvDrFDyw27sGOcWDIfFbSVV/view?usp=sharing. Acesso em: 19 abr. 2026.

LIMA, Fabio Jose Martins de. (Org.). *Relatório Técnico sobre o Patrimônio Cultural e Ambiental no Município de São João Nepomuceno/MG.* São João Nepomuceno: Urbanismo.mg/UFJF, 2024. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/107nXAHbZ6AvDrFDyw27sGOcWDIfFbSVV/view?usp=sharin. Acesso em: 19 abr. 2026.

LIMA, Fabio Jose Martins de. *Urbanismo em Minas Gerais: Itinerários Pelas Cidades !!!* Juiz de Fora: UFJF, 2020. Defesa de Memorial, por meio remoto, apresentada à Comissão de Avaliação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito para a Promoção à Classe - E da Carreira Docente (Professor Titular). Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1v_I5tUGRM3CTNRKVHv7YIZz_RWtTJtXN/view?usp=drive_link. Acesso em: 7 abr. 2026.

LIMA, Fabio Jose Martins de. *Urban Planning Journeys: Digital media and participation, the case of Minas Gerais, Brasil.* In: Marino, Mina Di and Teräväinen, Helena. Architecture as Human Interface. Helsinki: Aalto University, 2012. The 4th Symposium of Architectural Research in Finland – The 4th International Conference on Architectural Competitions. Disponível em: https://shop.aalto.fi/media/attachments/9e167/Architecture_as_human_interface.pdf.

Acesso em 19 de abr. 2026.

MORE, Thomas. *Utopia.* São Paulo: Martins Fontes, 1999, título original "Utopia", 1516.

ONU. *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS*, 2015. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/11. Acesso em: 19 abr. 2026.

ONU. *Nova Agenda Urbana - NAU,* 2016. Disponível em: https://habitat3.org/wp-content/uploads/NUA-Portuguese-Brazil.pdf. Acesso em: 19 abr. 2026.

ROSSI, Aldo. *A Arquitetura da Cidade.* São Paulo: Martins Fontes, 1995, título original L' Architettura Della Città.

URBANISMOMG. *Perfil. (2024a) São João Nepomuceno.* Instagram: @Urbanismo.mg. Disponível em: https://www.instagram.com/urbanismo.mg/. Acesso em: 19 abr. 2026.

URBANISMOMG. *Página (2024b). Youtube.* São João Nepomuceno. Disponível em: https://www.youtube.com/@urbanismomg. Acesso em: 19 abr. 2026.

URBANISMOMG. (2024c). *Relatórios.* São João Nepomuceno. https://drive.google.com/drive/folders/1JvVsAw42AkIAuDLstz4_av5ALYfAqGvC

TAFURI, Manfredo. *Projecto e Utopia: arquitectura e desenvolvimento do capitalismo.* Lisboa: Editorial Presença, 1985, título original "Progetto e Utopia".

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP/ Lincoln Institute, 1998.

ZUCCONI, Guido. *La città contesa: dagli ingegneri sanitari agli urbanisti: (1885-1942).* Milano: Jaca Book, 1989.